



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 **Processo Administrativo nº 054/2026** MUNICÍPIO DE COTEGIPE-BA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE-BA ATRAVEZ DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, DESIGNADO PELA PORTARIA N.º 34/2025, LEVAM AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DECRETO MUNICIPAL Nº 142/2023 E DECRETO MUNICIPAL Nº 001/2024, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 06/07/2026

Horário: 09:00h

Local: **licitanet.com.br**

Critério de Julgamento: **Menor Preço por Lote**

Modo de disputa: **Aberto**

Impugnações e Esclarecimentos **até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura das Propostas.**

Pregoeiro: **João Marcos Guedes de Magalhães;**

Equipe de Apoio: **Arcanja Gomes Maciel Câmara, Railda da Silva Gama e Luanda da Câmara Moreira.**

Em relação aos lotes com valores de referência igual ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação é exclusiva a microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial em poços artesianos, com fornecimento de materiais, equipamentos, peças, insumos, ferramentas, transporte, mão de obra especializada e demais itens necessários à perfeita execução dos serviços, visando atender às necessidades do Município de Cotegipe – BA.**

1.2. A licitação será composta por 03 (três) LOTES conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação conforme seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por LOTE, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Cotegipe – BA, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

UNIDADE: 02.09.000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV. PUBLICOS

ATIVIDADE: 15.451.006.2.011 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV. PUBLICOS

ELEMENTO DE DESPESA:

- 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
- 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTES DE RECURSO: 1.500.0000 - RECURSOS ORDINARIOS - NÃO VINC. DE IMPOSTOS

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral na plataforma eletrônica da **licitanet.com.br** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito na plataforma - **licitanet.com.br**.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

*Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424*

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na **licitanet.com.br** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA PREGÃO ELETRÔNICO.

4.1. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na **licitanet.com.br**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. DA GARANTIA DA PROPOSTA

5.8.1. Nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida dos licitantes, como condição de admissibilidade da proposta e participação no certame, a apresentação de garantia de proposta, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, destinada a assegurar a manutenção da proposta ofertada e a seriedade da participação no procedimento licitatório.

5.8.2. A comprovação da prestação da garantia de proposta será obrigatoriamente apresentada no momento do cadastramento da proposta eletrônica no sistema, mediante anexação do respectivo documento comprobatório no campo destinado aos documentos da proposta da plataforma eletrônica utilizada, sob pena de desclassificação da proposta ou impedimento de participação no certame, conforme regras operacionais do sistema.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

5.8.3. Não será admitida a apresentação posterior, complementação, substituição ou regularização extemporânea da garantia de proposta após o encerramento do prazo de cadastramento das propostas, ressalvada exclusivamente a hipótese de diligência destinada ao saneamento de erro material, formal ou documental que não implique constituição tardia da garantia nem alteração de sua validade, valor, vigência ou autenticidade.

5.8.4. A garantia da proposta deverá possuir validade mínima correspondente ao prazo de validade da proposta comercial previsto neste edital e poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

5.8.5. Quando prestada na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá conter cobertura expressa para as hipóteses de execução previstas neste edital, sendo vedadas cláusulas limitativas incompatíveis com o objeto da garantia.

5.8.6. Quando prestada mediante fiança bancária, deverá constar cláusula expressa de renúncia ao benefício de ordem previsto no art. 827 da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil), bem como previsão de executividade imediata da obrigação garantida.

5.8.7. A garantia da proposta será executada, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis, quando o licitante:

I – retirar sua proposta durante o prazo de validade;

II – deixar de apresentar documentação necessária à contratação;

III – recusar-se injustificadamente a assinar o contrato, a ata de registro de preços ou instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

IV – praticar ato que comprometa a regularidade, a confiabilidade ou a seriedade do certame.

5.8.8. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, da homologação do certame, da revogação ou anulação da licitação, ou da exclusão definitiva do licitante do procedimento, nos termos do § 2º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.8.9. A exigência de apresentação da garantia no ato do cadastramento da proposta objetiva assegurar tratamento isonômico entre os participantes, impedir apresentação oportunista ou posterior do instrumento garantidor apenas pelos licitantes provisoriamente vencedores, preservar a segurança jurídica do certame e assegurar a efetividade da garantia legalmente prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado (se for o caso);

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado (se for o caso);

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. A Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 05 segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **Aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

7.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.20. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa Aberto.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

7.29. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.29.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.29.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.29.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.29.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.30. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.30.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.30.2. Empresas brasileiras;

7.30.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.30.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

8.5. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

8.7.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Agente de Contratação exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **02 dias** úteis contados da solicitação.

8.7.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.7.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.7.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

8.7.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.7.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.7.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 02 dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.7.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.8. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

8.11.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO SISTEMA, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes sistema, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 horas sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND Federal e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

9.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.9.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da

9.10.4. proposta;

9.10.4.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

9.10.4.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.4.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG) $\geq 1,50$, Solvência Geral (SG) $\geq 1,50$ e Grau de Endividamento (GE) $\leq 0,50$, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

9.10.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1. Para verificação de capacidade técnico-operacional, a empresa licitante, deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, expedido ou firmado por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que tenham executados fornecimentos semelhantes ao objeto deste certame de forma satisfatória, acompanhado de cópia de contratos ou notas fiscais.

9.11.2. Caso o atestado seja apresentado com assinatura de próprio punho, deverá conter reconhecimento de firma do signatário, visando à comprovação da autenticidade do documento.

9.11.3. Na hipótese de assinatura digital com certificado ICP-Brasil, o reconhecimento de firma será dispensado.

9.11.4. A exigência visa assegurar que a licitante possua experiência prévia suficiente para o fornecimento dos bens, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o princípio da proporcionalidade.

9.11.5. Declaração da licitante de que dispõe de pessoal e de equipamentos adequados e disponíveis para a execução do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos

9.11.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12. OUTROS DOCUMENTOS

9.12.1. Declaração de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação, conforme o ANEXO III;

9.12.2. Declaração nos termos do inciso XXXIII, art. 7º da constituição federal, conforme o ANEXO IV;

9.12.3. Declaração do porte da empresa, conforme o ANEXO V;

9.12.4. Declaração de idoneidade, conforme o ANEXO VI;

9.12.5. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme o ANEXO VII;

9.12.6. Declaração de atendimento à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da previdência social, conforme o ANEXO IX;

9.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 HORAS** a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO.

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

20.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

20.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

20.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

20.5. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.5.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

21.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no **sistema licitanet.com.br**.

21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

21.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sistema sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1. Da sessão pública do Pregão Eletrônico divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12. A o órgão, poderá revogar este Pregão Eletrônico por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1. A anulação do Pregão Eletrônico induz à extinção do contrato.

24.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão Eletrônico, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço licitacao@cotegipe.ba.gov.br, nos dias úteis, no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

22.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

*Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424*

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO;

Nilton Augusto Marçal dos Santos

Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos
Portaria nº. 006/2025



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial em poços artesianos, com fornecimento de materiais, equipamentos, peças, insumos, ferramentas, transporte, mão de obra especializada e demais itens necessários à perfeita execução dos serviços, visando atender às necessidades do Município de Cotegipe – BA**, assegurando a continuidade do abastecimento hídrico nas unidades e localidades atendidas pela Administração Pública Municipal.

1.2. A presente contratação possui natureza de serviço comum, de execução continuada, por demandar acompanhamento permanente e intervenções periódicas destinadas à conservação, recuperação e pleno funcionamento dos sistemas de captação e distribuição de água provenientes de poços artesianos instalados no âmbito do Município.

1.3. Os serviços abrangem, de forma exemplificativa e não exaustiva:

- a) Manutenção preventiva periódica dos poços artesianos;
- b) Manutenção corretiva e emergencial;
- c) Limpeza e desobstrução de poços;
- d) Retirada, reinstalação e substituição de bombas submersas;
- e) Manutenção e substituição de quadros de comando elétrico;
- f) Substituição de cabos elétricos, tubos edutores, conexões e registros;
- g) Testes de vazão e funcionamento;
- h) Reparos em sistemas hidráulicos e elétricos vinculados ao poço;
- i) Recuperação de componentes estruturais e operacionais;
- j) Fornecimento e reposição de peças e materiais necessários à execução dos serviços;
- k) Transporte de equipamentos, máquinas, ferramentas e equipe técnica até os locais de intervenção.

1.4. Os quantitativos estimados deverão observar o levantamento prévio realizado pela Secretaria demandante, considerando o número de poços existentes nas zonas urbana e rural do Município, bem como o histórico de manutenções anteriores, podendo ser definidos, para fins licitatórios, em unidades de serviço por demanda, horas técnicas, itens de reposição e estimativa anual de atendimentos, conforme planilha quantitativa e memorial de cálculo constantes em documento próprio.

1.5. Para fins de estimativa inicial, a contratação deverá contemplar a manutenção dos poços artesianos pertencentes ou sob responsabilidade do Município, incluindo aqueles localizados em:

- a) Comunidades rurais;
- b) Distritos e povoados;
- c) Prédios públicos municipais;
- d) Unidades escolares;
- e) Unidades de saúde;
- f) Demais locais que dependam do abastecimento por poço artesiano.

1.6. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que haja interesse da Administração e seja comprovada a vantajosidade da prorrogação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis, especialmente em razão da natureza continuada dos serviços.

1.7. A eventual prorrogação contratual ficará condicionada à:

- a) Manutenção da necessidade administrativa;
- b) Regular execução contratual pela contratada;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

- c) Vantajosidade econômica para a Administração;
- d) Disponibilidade orçamentária;
- e) Concordância formal entre as partes;
- f) Justificativa técnica e administrativa da autoridade competente.

1.8. A contratação compreende, ainda, a obrigação da contratada de disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente habilitada e com experiência comprovada na manutenção de poços artesianos, observadas as normas técnicas, ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis.

LOTE 1: BOMBEADORES, MOTORES E MOTOBOMBAS				
Item	Descrição	UNID.	Quant.	Unit.(R\$)
1.	BOMBEADOR SUB. 1 CV 4" HMT MIN. 35M E MAX. 90M VAZÃO ATÉ 3.500 MIL l/h	UNID	10	
2.	BOMBEADOR SUB. 1,5CV 4" HMT MIN.62M E MAX. 120M VAZÃO ATÉ 3,5MIL l/h	UNID	10	
3.	BOMBEADOR SUB. 2,0CV 4" HMT MIN. 40M E MAX. 110M VAZÃO ATÉ 6MIL l/h	UNID	10	
4.	BOMBEADOR SUB. 3,0CV 4" HMT MIN. 62 E MAX. 160M VAZÃO ATÉ 6 MIL l/h	UNID	10	
5.	BOMBEADOR SUB. 4.0 CV 4" HMT MIN. 90 M E MAX. DE 150M VAZÃO ATÉ 6.500 MIL l/h	UNID	05	
6.	BOMBEADOR SUB. 5.0 CV DE 4" HMT MIN. DE 104 M E MAX. DE 180M VAZÃO ATÉ 6M3,	UNID	05	
7.	BOMBEADOR SUB. DE 2 CV 4" HMT MIN. 50M E MAX. 150M VAZÃO ATÉ 4.500MIL l/h	UNID	10	
8.	BOMBEADOR SUBMERSA DE 1,0CV 4" HMT MIN. 80M E MAX. 120M VAZÃO ATÉ 2,5MIL l/h	UNID	10	
9.	BOMBA CENTRIFUGA 1,0CV 220V MONO 4" HMT MIN. 35M E MAX. 90M VAZÃO ATÉ 3.500 MIL l/h	UNID	10	
10.	BOMBA CENTRIFUGA 1,5CV 220V MONO 4" HMT MIN.62M E MAX. 120M VAZÃO ATÉ 3,5MIL l/h	UNID	10	
11.	BOMBA CENTRIFUGA 1,5CV 380VTRIF 4" HMT MIN.62M E MAX. 120M VAZÃO ATÉ 3,5MIL l/h	UNID	10	
12.	BOMBA CENTRIFUGA 2 CV 220V MONO 4" HMT MIN.50M E MAX. 150M ATÉ 4,5MIL l/h	UNID	10	
13.	BOMBA CENTRIFUGA 2,0CV 220v MONO 4" HMT MIN. 40M E MAX. 110M ATÉ 6MIL l/h	UNID	10	
14.	BOMBA CENTRIFUGA 3,0CV 220v MONO. 4" HMT MIN. 60 E MAX. 160M ATÉ 6 MIL l/h	UNID	10	
15.	BOMBA CENTRIFUGA 3,0CV 380V TRIF. 4" HMT MIN. 60 E MAX. 160M ATÉ 6 MIL l/h,	UNID	10	
16.	BOMBA CENTRIFUGA 4.0 CV 380V TRIF. 4" HMT MIN. 90 M E MAX. DE 150M ATÉ 6.500MIL l/h	UNID	05	
17.	MOTOR SUB 4" 1 CV MONOF 220V, MOTOR ELÉTRICO ASSÍNCRONO 60HZ PADRÃO NEMA EM AÇO INOX, REBOBINÁVEL, LUBRIFICADO COM ÓLEO ATÓXICO, ROLAMENTO MANCAL AXIAL COM ESFERAS DE CONTATO ANGULAR. ALIMENTAÇÃO ELETRICA EM 3 FIOS.	UNID	05	
18.	MOTOR SUB 4" 1,5 CV MONOF 220V, MOTOR ELÉTRICO ASSÍNCRONO 60HZ PADRÃO NEMA EM AÇO INOX, REBOBINÁVEL, LUBRIFICADO COM ÓLEO ATÓXICO, ROLAMENTO MANCAL AXIAL COM ESFERAS DE CONTATO ANGULAR. ALIMENTAÇÃO ELETRICA EM 3 FIOS.	UNID	10	
19.	MOTOR SUB 4" 2 CV MONOF. 220V, MOTOR ELÉTRICO ASSÍNCRONO 60HZ PADRÃO NEMA EM AÇO INOX, REBOBINÁVEL, LUBRIFICADO COM ÓLEO ATÓXICO, ROLAMENTO MANCAL AXIAL COM	UNID	10	



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

	ESFERAS DE CONTATO ANGULAR. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 3 FIOS.			
20.	MOTOR SUB 4" 3,0 CV MONOF. 220V, MOTOR ELÉTRICO ASSÍNCRONO 60HZ PADRÃO NEMA EM AÇO INOX, REBOBINÁVEL, LUBRIFICADO COM ÓLEO ATÓXICO, ROLAMENTO MANCAL AXIAL COM ESFERAS DE CONTATO ANGULAR. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 3 FIOS.	UNID	10	
21.	MOTOR SUB 4" TRIFÁSICO 380V 3 CV 60HZ, MOTOR ELÉTRICO ASSÍNCRONO 60HZ PADRÃO NEMA EM AÇO INOX, REBOBINÁVEL, LUBRIFICADO COM ÓLEO ATÓXICO, ROLAMENTO MANCAL AXIAL COM ESFERAS DE CONTATO ANGULAR. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 3 FIOS.	UNID	10	
22.	MOTOR SUB 4" TRIFÁSICO 380V 1,5CV 60HZ, MOTOR ELÉTRICO ASSÍNCRONO 60HZ PADRÃO NEMA EM AÇO INOX, REBOBINÁVEL, LUBRIFICADO COM ÓLEO ATÓXICO, ROLAMENTO MANCAL AXIAL COM ESFERAS DE CONTATO ANGULAR. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 3 FIOS.	UNID	07	
23.	MOTOR SUB 4" TRIFÁSICO 380V 2CV 60HZ, MOTOR ELÉTRICO ASSÍNCRONO 60HZ PADRÃO NEMA EM AÇO INOX, REBOBINÁVEL, LUBRIFICADO COM ÓLEO ATÓXICO, ROLAMENTO MANCAL AXIAL COM ESFERAS DE CONTATO ANGULAR. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 3 FIOS.	UNID	07	
24.	MOTOR SUB 4" TRIFÁSICO 380V 5,5 CV 60HZ, MOTOR ELÉTRICO ASSÍNCRONO 60HZ PADRÃO NEMA EM AÇO INOX, REBOBINÁVEL, LUBRIFICADO COM ÓLEO ATÓXICO, ROLAMENTO MANCAL AXIAL COM ESFERAS DE CONTATO ANGULAR. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 3 FIOS.	UNID	10	
25.	MOTOBOMBA 4T 710 L 2 POL 5,5 CV	UNID	05	
26.	MOTOBOMBA B4T 716 6,5 VC	UNID	03	
27.	MOTOBOMBA BD 710 CF	UNID	02	
28.	MOTOBOMBA BD 716	UNID	02	
29.	MOTOR B4T 6,5 CV GASOLINA	UNID	02	
30.	MOTOR B4T 7,0 CV GASOLINA	UNID	02	
31.	MOTOR BD 13.0 90314193	UNID	02	
32.	MOTOR BD 5,0 DIESEL C/ ALERTA DE OLEO 90311701	UNID	02	
33.	MOTOR BD 7,0 DIESEL C/ PARTIDA 90311801	UNID	02	
34.	MOTOR ELÉTRICO 3,0 HP ALT. MON. 220V ABER	UNID	02	
35.	MOTOR ELÉTRICO 5,0 HP ALT. MONO 220-440 V FECH.	UNID	02	
36.	MOTOR ELÉTRICO 7,5 HP ALT. TRIF. FECH.	UNID	02	
37.	BOMBA PERIFÉRICA 1 CV	UNID	10	
38.	BOMBA PERIFÉRICA BIVOLT 1 HP	UNID	10	
39.	BOMBA PERIFÉRICA BIVOLT 1/2 HP	UNID	10	
40.	QUADRO DE COMANDO 2HP	UNID	10	
41.	QUADRO DE COMANDO 3HP	UNID	10	
42.	QUADRO DE COMANDO 5,5 HP	UNID	10	

LOTE 2: MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS

Item	Descrição	UNID.	Quant.	Unit.(R\$)
1.	CABO PP TRIPOLAR 3 x 2,5 MM	M	500	



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

2.	CAPACITOR PPM 25UF 440V	UNID	15	
3.	CAPACITOR PPM 30UF 440V	UNID	15	
4.	CAPACITOR PPM 40UF 440V	UNID	15	
5.	CAPACITOR DE PARTIDA AM 270/324UF 250V	UNID	15	
6.	CAPACITOR PPM 35UF 440V	UNID	15	
7.	CAPACITOR PPM 50UF 440V	UNID	15	
8.	CONTATOR CJX2 1810 220V	UNID	15	
9.	CONTACTOR CJX2 2510 220V	UNID	15	
10.	FITA ISOL A FUS 19MMX2M	UNID	15	
11.	FITA ISOLANTE.18MMX20M	UNID	15	
12.	CHAVE MAG. 1 CV 220V MONO	UNID	4	
13.	CHAVE MAG. 1.5 CV 220V MONO	UNID	4	
14.	CHAVE MAG. 2 CV 220V MONO	UNID	8	
15.	CHAVE MAG. 3 CV 220V MONO	UNID	5	
16.	CHAVE MAG. 5 HP 380V TRIFÁSICO	UNID	2	
17.	RELE DE NIVEL RNAI 220V	UNID	5	
18.	RELE DE NIVEL RNAI 380V	UNID	5	
19.	RELE FALTA DE FASE FFF 380V	UNID	5	
20.	RELE TEMPO LK-RT 0-5 SEG 220V	UNID	5	
21.	RELE TERMICO LR2 12-18A	UNID	5	
22.	RELE TERMICO LR2 17-25A	UNID	5	
23.	RELE TERMICO LR2 5,5-8A	UNID	5	
24.	CABO PP 3X 4,0 MM	MT	500	
25.	CABO PP 2X 1,5 MM	MT	200	
26.	CABO ALUMÍNIO DUPLEX 16 MM	MT	500	
27.	CABO DE ALUMINIO TRIPLEX 16MM	MT	500	
28.	NIPLE GALVANIZADO 1.1/2''	UNID	10	
29.	NIPLE GALVANIZADO 2''	UNID	10	
30.	TUBO PVC EDUTOR 4M 1.1/2''	UNID	100	



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

31.	TUBO PVC EDUTOR 4M 2''	UNID	60	
32.	TUBO PVC EDUTOR 4M 1.1/4''	UNID	50	
33.	MANGOTE SUCÇÃO 1''	MT	50	
34.	MANGOTE SUCÇÃO 1.1/4''	MT	50	
35.	MANGOTE SUCÇÃO 1.1/2''	MT	50	
36.	MANGOTE SUCÇÃO 2''	MT	50	
37.	MANGOTE SUCÇÃO 2.1/2''	MT	50	
38.	MANGOTE SUCÇÃO 3''	MT	50	
39.	MANGUEIRA PRETA 1'' X 2,0 100 MT	ROLOS	30	
40.	MANGUEIRA PRETA 1.1/4'' X 2,0 100 MT	ROLOS	50	
41.	MANGUEIRA PRETA 1.1/2'' X 2,0 100 MT	ROLOS	50	
42.	ADAPTADOR INTERNO 1.1/4'' AZUL	UNID	55	
43.	ADAPTADOR INTERNO 1.1/2'' AZUL	UNID	55	
44.	ADAPTADOR INTERNO 2'' AZUL	UNID	55	
45.	TE INTERNO 1.1/4'' AZUL	UNID	40	
46.	TE INTERNO 1.1/2'' AZUL	UNID	40	
47.	UNIÃO INTERNA 1.1/4'' AZUL	UNID	50	
48.	UNIÃO INTERNA 1.1/2'' AZUL	UNID	50	
49.	UNIÃO INTERNA 2'' AZUL	UNID	50	
50.	UNIÃO REDUÇÃO 2'' X 1.1/2'' AZUL	UNID	20	
51.	UNIÃO REDUÇÃO 1.1/2'' X 1.1/4'' AZUL	UNID	20	
52.	UNIÃO ROSCÁVEL 3''	UNID	05	
53.	UNIÃO ROSCÁVEL 2''	UNID	05	
54.	UNIÃO ROSCÁVEL 1.1/2''	UNID	20	
55.	TE Y 50MM	UNID	40	
56.	TE Y 75MM	UNID	40	
57.	LUVA DE REDUÇÃO 75X50MM	UNID	30	
58.	LUVA DE REDUÇÃO 50X32MM	UNID	30	
59.	LUVA DE REDUÇÃO 100X75MM	UNID	20	



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

60.	TUBO PVC 75MM X 6M PN 80	UNID	100	
61.	TUBO PVC 75MM X 6M PN 60	UNID	100	
62.	TUBO PVC 75MM X 6M PN 40	UNID	100	
63.	TUBO PVC 50MM X 6M PN 80	UNID	200	
64.	TUBO PVC 50MM X 6M PN 60	UNID	200	
65.	TUBO PVC 50MM X 6M PN 40	UNID	300	
66.	TE IRRIGAÇÃO 50X50MM	UNID	50	
67.	TE IRRIGAÇÃO 75MM	UNID	30	
68.	TE IRRIGAÇÃO 75X50MM	UNID	30	
69.	REGISTRO ROSCÁVEL 1.1/2''	UNID	20	
70.	REGISTRO ROSCÁVEL 1.1/4''	UNID	20	
71.	REGISTRO SOLDÁVEL 50MM	UNID	35	
72.	REGISTRO SOLDÁVEL 75MM	UNID	15	
73.	REGISTRO SOLDÁVEL 100MM	UNID	10	
74.	CURVA 50MM 90° IRRIGAÇÃO	UNID	30	
75.	CURVA 75MM 90° IRRIGAÇÃO	UNID	30	
76.	CAP IRRIGAÇÃO 50 MM	UNID	30	
77.	CAP IRRIGAÇÃO 75MM	UNID	20	
78.	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1.1/2' X 1.1/4'	UNID	20	
79.	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1.1/2' X 1'	UNID	20	
80.	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1.1/4' X 1'	UNID	20	
81.	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 2' X 1.1/2'	UNID	20	
82.	BÓIA VÁLVULA ESFÉRICA ECOLÓGICA	UNID	10	
83.	BÓIA VÁLVULA ESFÉRICA PRETA	UNID	10	
84.	BUCHA DE REDUÇÃO GALVA 1.1/2' X 1.1/4'	UNID	15	
85.	BUCHA DE REDUÇÃO GALVA 2' X 1.1/2'	UNID	15	
86.	BUCHA DE REDUÇÃO GALVA 2' X 1.1/4'	UNID	15	
87.	VEDA ROSCA 12MM X 10 MT	UNID	50	
88.	VEDA ROSCA 12MM X 25 T	UNID	50	



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

89.	VEDA ROSCA 18MM X 25MT	UNID	50	
90.	COLA PVC EXTRA FORTE 175G	UNID	30	
91.	COLA PVC 175G	UNID	20	
92.	ADAPTADOR SOLDÁVEL ROSCÁVEL 60 X 2" X 1.1/2"	UNID	15	
93.	ADAPTADOR INTERNO REDUÇÃO 2" X 1.1/2"	UNID	20	
94.	ADAPTADOR INTERNO REDUÇÃO 1.1/2" X 1.1/4"	UNID	20	
95.	ADAPTADOR CAIXA D'ÁGUA 60 X 2"	UNID	10	
96.	ADAPTADOR CAIXA D'ÁGUA 75 X 2.1/2"	UNID	10	
97.	ADAPTADOR CAIXA D'ÁGUA 50 X 1.1/2"	UNID	10	
98.	JOELHO ROSCA INTERNO 1.1/2" X 1.1/4" AZUL	UNID	20	
99.	JOELHO ROSCA INTERNO 1.1/4" X 1.1/4" AZUL	UNID	20	
100.	LUVA SOLDÁVEL 75MM	UNID	30	
101.	LUVA SOLDÁVEL 50MM	UNID	30	
102.	TAMPA PARA POÇO ARTESIANO	UNID	10	
103.	LUVA GALVANIZADA 1.1/4"	UNID	40	
104.	LUVA GALVANIZADA 1.1/2"	UNID	50	
105.	LUVA GALVANIZADA 2"	UNID	50	
106.	NIPLE GALVANIZADO 1.1/4"	UNID	10	
107.	BUCHA DE REDUÇÃO GALV 1.1/2" X 1.1/4"	UNID	10	
108.	BUCHA DE REDUÇÃO GALV 2" X 1.1/2"	UNID	10	

LOTE 3: MANUTENÇÃO SERVIÇOS PARA POÇOS ARTESIANOS

Item	Descrição	UNID.	Quant.	Unit. (R\$)
1.	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA MANUTENÇÃO PREVENTIVA OU CORRETIVA EM PAINEL DE COMANDO COM INVERSOR SOLAR ATÉ 5,5CV NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE COTEGIPE.	SERV.	15	
2.	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR SUBMERSÍVEL ATÉ 3 CV.	SERV.	20	
3.	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR SUBMERSÍVEL DE 4 CV A 5,5 CV.	SERV.	20	



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

4.	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA MANUTENÇÃO PREVENTIVA OU CORRETIVA EM PAINEL DE COMANDO MONOFÁSICO ATÉ 3 CV "IN LOCO".	SERV.	20	
5.	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA MANUTENÇÃO PREVENTIVA OU CORRETIVA EM PAINEL DE COMANDO MONOFÁSICO 5 CV "IN LOCO".	SERV.	12	
6.	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA MANUTENÇÃO PREVENTIVA OU CORRETIVA EM PAINEL DE COMANDO TRIFÁSICO 5CV "IN LOCO".	SERV.	12	
7.	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA MANUTENÇÃO PREVENTIVA OU CORRETIVA EM MOTOR SUBMERSÍVEL ATÉ 5CV "IN LOCO".	SERV.	12	
8.	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA MANUTENÇÃO PREVENTIVA OU CORRETIVA EM BOMBEADOR ATÉ 15 ESTÁGIOS "IN LOCO".	SERV.	12	
9.	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA MANUTENÇÃO PREVENTIVA OU CORRETIVA EM BOMBEADOR DE 6 A 25 ESTÁGIOS "IN LOCO".	SERV.	12	
10.	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA MANUTENÇÃO PREVENTIVA OU CORRETIVA EM BOMBEADOR ACIMA DE 25 ESTÁGIOS "IN LOCO".	SERV.	12	
11.	RETIRADA DE BOMBA DO POÇO ARTESIANO.	SERV.	12	
12.	INSTALAÇÃO DE BOMBA DO POÇO ARTESIANO.	SERV.	12	
13.	DESLOCAMENTO.	KM	2000	

2. Fundamentação da Contratação

2.1. A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada nos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, elaborados pela unidade demandante, os quais integram o processo administrativo como documento preparatório indispensável ao planejamento da contratação, em atendimento às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Conforme apurado nos Estudos Técnicos Preliminares, a contratação decorre da necessidade permanente de assegurar a continuidade e a eficiência do sistema de abastecimento de água por meio de poços artesianos, destinados ao atendimento da população residente na sede, distritos, povoados e comunidades rurais do Município de Cotegipe – BA, especialmente nas localidades em que o abastecimento hídrico depende integral ou predominantemente dessa infraestrutura.

2.3. Os estudos evidenciaram que os poços artesianos sob responsabilidade do Município constituem infraestrutura essencial à prestação de serviço público indispensável, notadamente para o fornecimento de água destinada ao consumo humano, higiene, limpeza, preparo de alimentos e atendimento das demandas das unidades públicas municipais, tais como escolas, unidades de saúde, prédios administrativos e demais equipamentos públicos.

2.4. Verificou-se, a partir do levantamento técnico realizado, que a ausência de manutenção periódica e corretiva dos poços artesianos pode ocasionar:

- a) Interrupção total ou parcial do abastecimento de água;
- b) Comprometimento da qualidade e da regularidade do fornecimento;
- c) Danos a bombas submersas, quadros elétricos e sistemas hidráulicos;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

- d) Aumento do custo de reparos por deterioração progressiva dos equipamentos;
- e) Prejuízos à prestação dos serviços públicos essenciais;
- f) Riscos à saúde pública e ao bem-estar da população.

2.5. Os Estudos Técnicos Preliminares demonstraram, ainda, a existência de demanda contínua e recorrente por serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, em razão do desgaste natural dos equipamentos, da exposição a fatores climáticos, da oscilação da rede elétrica, do uso contínuo dos sistemas de bombeamento e da necessidade de substituição periódica de componentes e materiais.

2.6. A solução de contratação de empresa especializada com fornecimento de materiais e mão de obra mostrou-se a alternativa mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para a Administração, uma vez que o Município não dispõe, em seu quadro funcional permanente, de equipe técnica especializada, equipamentos específicos e estoque de materiais suficientes para realizar, com a tempestividade necessária, as intervenções técnicas exigidas.

2.7. Os Estudos Técnicos Preliminares apontaram que a terceirização dos serviços permite:

- a) Maior celeridade no atendimento das ocorrências;
- b) Disponibilidade de profissionais tecnicamente qualificados;
- c) Redução do tempo de paralisação dos poços;
- d) Fornecimento imediato de peças e materiais de reposição;
- e) Manutenção preventiva programada;
- f) Mitigação de riscos de desabastecimento;
- g) Melhor relação custo-benefício para a Administração.

2.8. Ademais, os quantitativos estimados para a contratação foram definidos com base em levantamento técnico promovido pela Secretaria competente, considerando:

- a) O número total de poços artesianos em funcionamento;
- b) A localização geográfica dos equipamentos;
- c) O histórico de manutenções realizadas em exercícios anteriores;
- d) A frequência média de falhas e substituições de componentes;
- e) A estimativa anual de atendimentos preventivos e corretivos;
- f) A projeção de expansão e adequação da rede de abastecimento municipal.

2.9. Os Estudos Técnicos Preliminares concluíram pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação, reconhecendo que a medida é indispensável para garantir a continuidade do serviço público e atender ao interesse público primário.

2.10. Dessa forma, a presente contratação encontra-se integralmente fundamentada nos Estudos Técnicos Preliminares constantes do processo administrativo, especialmente nos tópicos referentes à identificação da necessidade, análise das alternativas, estimativa dos quantitativos, avaliação de viabilidade e justificativa da solução escolhida, em estrita observância ao art. 6º, inciso XXIII, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. Descrição da Solução como um todo

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial em poços artesianos, com o fornecimento integral de materiais, peças, equipamentos, insumos, ferramentas, transporte e mão de obra especializada, contemplando todas as fases necessárias ao adequado funcionamento do sistema de captação e distribuição de água sob responsabilidade do Município de Cotegipe – BA.

3.2. A descrição da solução considera todo o ciclo de vida do objeto, compreendendo as etapas de implantação operacional do contrato, execução continuada dos serviços, reposição e renovação de componentes, monitoramento do desempenho dos sistemas, preservação da vida útil dos equipamentos e encerramento contratual, em conformidade com as necessidades administrativas e com o interesse público.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

3.3. Fase inicial do ciclo de vida – mobilização e diagnóstico técnico:

3.3.1. Na fase inicial, a contratada deverá promover a mobilização de equipe técnica especializada, com disponibilização de profissionais habilitados, equipamentos de apoio, ferramental adequado e logística necessária para atendimento das demandas do Município.

3.3.2. Nesta etapa, deverá ser realizado levantamento técnico e diagnóstico das condições operacionais dos poços artesianos, abrangendo, entre outros elementos:

- a) Estrutura física do poço;
- b) Estado de conservação da bomba submersa;
- c) Integridade dos cabos elétricos;
- d) Funcionamento do quadro de comando;
- e) Condições das tubulações, conexões e registros;
- f) Teste de vazão;
- g) Verificação do sistema elétrico e hidráulico;
- h) Identificação de falhas operacionais e desgaste de peças.

3.3.3. O diagnóstico inicial permitirá o planejamento das ações preventivas e corretivas ao longo da execução contratual.

3.4. Fase operacional – manutenção preventiva:

3.4.1. A fase operacional compreende a manutenção preventiva periódica, destinada à preservação do funcionamento adequado dos poços artesianos e ao prolongamento da vida útil dos equipamentos.

3.4.2. Os serviços preventivos deverão incluir, no mínimo:

- a) Inspeções periódicas programadas;
- b) Limpeza técnica dos sistemas;
- c) Testes elétricos e hidráulicos;
- d) Verificação de vazão e pressão;
- e) Reaperto e ajuste de conexões;
- f) Avaliação do desempenho das bombas;
- g) Revisão do quadro de comando;
- h) Identificação antecipada de desgaste de componentes;
- i) Substituição preventiva de peças com vida útil comprometida.

3.4.3. Essa etapa é essencial para reduzir a ocorrência de falhas inesperadas e minimizar custos futuros com manutenção corretiva.

3.5. Fase corretiva e emergencial – resposta a falhas e interrupções:

3.5.1. Ao longo do ciclo de vida do objeto, a solução deverá contemplar atendimento corretivo e emergencial sob demanda, para casos de falhas, paralisações ou redução da capacidade operacional dos poços.

3.5.2. Incluem-se nesta fase:

- a) Retirada e reinstalação de bombas submersas;
- b) Substituição de motores e componentes elétricos;
- c) Troca de cabos, conectores e disjuntores;
- d) Reparos em quadros de comando;
- e) Substituição de tubos e dutos e conexões;
- f) Desobstrução e limpeza profunda do poço;
- g) Reparos hidráulicos e elétricos;
- h) Restauração da vazão adequada.

3.5.3. O atendimento emergencial visa garantir a continuidade do abastecimento hídrico à população, sobretudo em comunidades rurais e unidades públicas essenciais.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

3.6. Fase de reposição e renovação de componentes:

3.6.1. O ciclo de vida da solução contempla a reposição contínua de materiais e peças sujeitos a desgaste natural, considerando o uso contínuo e as condições ambientais e operacionais dos equipamentos.

3.6.2. Deverão estar incluídos no objeto, quando necessários:

- a) Bombas submersas;
- b) Motores elétricos;
- c) Quadros de comando;
- d) Cabos elétricos;
- e) Tubulações;
- f) Conexões hidráulicas;
- g) Registros;
- h) Relés, disjuntores e dispositivos de proteção;
- i) Demais componentes indispensáveis ao restabelecimento da operação.

3.6.3. A substituição tempestiva desses elementos é parte essencial da estratégia de gestão do ciclo de vida do objeto.

3.7. Fase de monitoramento e desempenho:

3.7.1. A solução contratada deverá contemplar o acompanhamento contínuo do desempenho dos poços artesianos, mediante emissão de relatórios técnicos, contendo:

- a) Serviços executados;
- b) Materiais aplicados;
- c) Peças substituídas;
- d) Diagnóstico das falhas identificadas;
- e) Testes realizados;
- f) Recomendações técnicas;
- g) Estimativa de novas intervenções preventivas.

3.7.2. Tal acompanhamento possibilita à Administração monitorar a eficiência da solução ao longo de sua vigência.

3.8. Fase final do ciclo de vida – encerramento contratual:

3.8.1. Ao término do contrato, a contratada deverá apresentar relatório conclusivo do estado operacional dos poços atendidos, com histórico das intervenções realizadas durante a vigência contratual, de modo a subsidiar eventual renovação, nova contratação ou planejamento futuro.

3.8.2. O encerramento deverá ocorrer com todos os sistemas em condições adequadas de funcionamento, ressalvadas situações supervenientes alheias à execução contratual.

4. Requisitos da Contratação

4.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de poços artesianos, com fornecimento de materiais e mão de obra, deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, legais e administrativos abaixo descritos, indispensáveis ao adequado atendimento das necessidades do Município de Cotegipe – BA.

4.2. Requisitos técnicos da contratada

4.2.1. A empresa a ser contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, comprovando experiência na execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial em poços artesianos, sistemas de bombeamento e instalações hidráulicas e elétricas correlatas. Deverá comprovar aptidão técnica mediante apresentação de:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

- a) Atestado (s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) Comprovação de execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto;
- c) Inscrição regular no **CNPJ**, com atividade econômica compatível com serviços de manutenção de poços, instalações hidráulicas, elétricas ou serviços correlatos;
- d) Regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e junto ao FGTS;

4.3. Requisitos de mão de obra

4.3.1. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica especializada e em número suficiente para o perfeito cumprimento do objeto, composta, no mínimo, por profissionais com experiência em:

- a) Manutenção de bombas submersas;
- b) Instalações elétricas de baixa tensão;
- c) Manutenção hidráulica;
- d) Limpeza e desobstrução de poços;
- e) Testes de vazão e funcionamento.

4.3.2. Todos os profissionais deverão estar devidamente capacitados, utilizando Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e observando as normas de segurança do trabalho aplicáveis.

4.4. Requisitos dos materiais e peças

4.4.1. Todos os materiais, peças, equipamentos e insumos fornecidos pela contratada deverão ser:

- a) novos, de primeiro uso;
- b) de qualidade comprovada;
- c) compatíveis com as especificações técnicas dos poços artesanais existentes;
- d) em conformidade com normas da **ABNT** e demais normas técnicas aplicáveis;
- e) acompanhados, quando pertinente, de garantia do fabricante.

4.4.2. Não será admitida a utilização de peças reconcondicionadas, usadas ou de procedência duvidosa, salvo autorização expressa e justificativa técnica da Administração.

4.5. Requisitos operacionais da execução

4.5.1. A contratada deverá garantir atendimento preventivo, corretivo e emergencial, conforme demanda da Administração, observando os seguintes prazos mínimos:

- a) atendimento emergencial: em até **24 (vinte e quatro) horas** após a solicitação;
- b) atendimento corretivo programado: em até **48 (quarenta e oito) horas**;
- c) manutenção preventiva: conforme cronograma definido pela Secretaria demandante.

4.5.2. Os serviços deverão ser executados tanto na sede quanto na zona rural do Município, incluindo povoados, distritos e comunidades atendidas por poços artesanais.

4.6. Requisitos de desempenho e qualidade

4.6.1. A contratação deverá assegurar que os serviços executados resultem em:

- a) restabelecimento integral do funcionamento do poço;
- b) manutenção da vazão adequada;
- c) regularidade no abastecimento de água;
- d) segurança operacional do sistema;
- e) durabilidade dos reparos executados.

4.6.2. A contratada deverá refazer, às suas expensas, qualquer serviço executado com vícios, defeitos ou inadequações técnicas constatadas pela fiscalização contratual.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

4.7. Requisitos ambientais e de sustentabilidade

4.7.1. A execução do objeto deverá observar critérios de sustentabilidade e proteção ambiental, especialmente quanto a:

- a) descarte adequado de peças substituídas;
- b) destinação ambientalmente correta de resíduos;
- c) prevenção de contaminação do solo e da água;
- d) utilização de materiais de qualidade e maior durabilidade.

4.7.2. Sempre que possível, os materiais utilizados deverão ser provenientes de fornecedores que observem práticas de sustentabilidade ambiental.

4.8. Requisitos documentais durante a execução

4.8.1. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado:

- a) Relatório técnico dos serviços executados;
- b) Relação de materiais utilizados;
- c) Diagnóstico das falhas encontradas;
- d) Registro fotográfico, quando aplicável;
- e) Garantia dos serviços prestados.

4.9. Garantia dos serviços

4.9.1. Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal aplicável aos materiais e peças fornecidos.

4.10. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA

4.10.1. A exigência de garantia da proposta, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, encontra fundamento no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo medida juridicamente legítima, proporcional e compatível com a natureza e os objetivos do presente procedimento licitatório.

4.10.2. A adoção do referido mecanismo possui como finalidade precípua assegurar a seriedade das propostas apresentadas, reduzir riscos de comportamentos oportunistas e fortalecer a segurança jurídica do procedimento licitatório, sobretudo em certames eletrônicos, nos quais se verifica, com relativa frequência, a participação de licitantes que, após ofertarem lances inexequíveis ou excessivamente reduzidos, deixam de manter suas propostas, recusam-se à assinatura do contrato ou deixam de apresentar documentação necessária à contratação, ocasionando atraso na satisfação do interesse público e prejuízo à eficiência administrativa.

4.10.3. Nesse contexto, a garantia de proposta constitui instrumento preventivo destinado a mitigar riscos inerentes ao processo de contratação pública, funcionando como mecanismo de proteção da Administração contra desistências imotivadas, abandono do certame ou recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação, situações que frequentemente resultam na necessidade de reabertura de fases procedimentais, convocação sucessiva de licitantes remanescentes, aumento de custos administrativos e retardamento da execução do objeto.

4.10.4. A medida revela-se ainda compatível com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, segurança jurídica e interesse público, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, na medida em que busca garantir maior comprometimento dos participantes e reduzir riscos de insucesso contratual já na fase competitiva da licitação.

4.10.5. Cumpre destacar que a exigência não possui caráter restritivo à competitividade, tampouco se apresenta desproporcional, considerando que:

- a) a Lei nº 14.133/2021 expressamente autoriza sua exigência;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

b) o percentual adotado corresponde ao limite legal máximo de apenas 1% do valor estimado da contratação, revelando-se moderado e financeiramente acessível aos potenciais licitantes;

c) a legislação admite múltiplas formas de prestação da garantia, incluindo seguro-garantia, fiança bancária e caução, ampliando o acesso dos interessados e reduzindo eventuais impactos financeiros;

d) a exigência é aplicada de forma isonômica a todos os participantes, sem direcionamentos ou imposições discriminatórias.

4.10.6. Além disso, a adoção da garantia da proposta mostra-se especialmente recomendável em contratações de maior vulto econômico, de elevada relevância administrativa ou cuja eventual frustração possa ocasionar impactos diretos na continuidade de serviços públicos, no abastecimento institucional ou na execução de políticas públicas essenciais, exigindo da Administração mecanismos adequados de gerenciamento de riscos.

4.10.7. Importa ressaltar que a jurisprudência dos órgãos de controle tem reconhecido a legitimidade da Administração em estabelecer requisitos destinados à proteção do interesse público, desde que devidamente motivados, proporcionais e amparados na legislação de regência, inexistindo vedação à utilização da garantia de proposta quando observados os limites e parâmetros previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. Modelo de Execução do Objeto

5.1. O presente modelo de execução do objeto tem por finalidade estabelecer, de forma clara e detalhada, os procedimentos, rotinas, prazos, etapas e condições pelas quais a contratação deverá produzir os resultados esperados pela Administração Pública Municipal, desde o início da vigência contratual até o seu encerramento, garantindo a continuidade do abastecimento hídrico e a adequada manutenção dos poços artesianos do Município de Cotegipe – BA.

5.2. Início da execução contratual

5.2.1. A execução do contrato terá início a partir da assinatura do instrumento contratual e da emissão da Ordem de Serviço – OS, expedida pela Secretaria Municipal competente.

5.2.2. No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá:

- a) Mobilizar equipe técnica especializada;
- b) Disponibilizar responsável técnico;
- c) Apresentar cronograma inicial de manutenção preventiva;
- d) Disponibilizar meios de transporte, ferramentas e equipamentos;
- e) Indicar preposto para interlocução com a Administração;
- f) Apresentar contatos para atendimento emergencial.

5.2.3. Nessa fase inicial, deverá ser realizado levantamento técnico preliminar de todos os poços abrangidos pelo contrato, com emissão de relatório contendo:

- a) Localização do poço;
- b) Estado operacional;
- c) Condições da bomba e do sistema elétrico;
- d) Situação das tubulações;
- e) Estimativa de intervenções preventivas;
- f) Eventuais necessidades corretivas imediatas.

5.3. Execução dos serviços preventivos

5.3.1. A contratada deverá executar os serviços preventivos de forma contínua e programada, conforme cronograma previamente aprovado pela fiscalização do contrato.

5.3.2. A manutenção preventiva deverá contemplar, no mínimo:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

- a) Inspeção técnica periódica;
- b) Limpeza e desobstrução;
- c) Testes de vazão;
- d) Verificação de pressão;
- e) Testes elétricos e hidráulicos;
- f) Reaperto de conexões;
- g) Revisão de quadro de comando;
- h) Análise de desgaste de componentes;
- i) Substituição preventiva de peças.

5.3.3. Os serviços preventivos deverão ser realizados de forma a evitar paralisações e reduzir a incidência de falhas operacionais.

5.4. Execução dos serviços corretivos e emergenciais

5.4.1. Os serviços corretivos e emergenciais serão executados sob demanda, mediante solicitação formal da Administração.

5.4.2. Para garantir os resultados pretendidos, deverão ser observados os seguintes prazos:

- a) **Atendimento emergencial:** até 24 (vinte e quatro) horas;
- b) **Atendimento corretivo ordinário:** até 48 (quarenta e oito) horas;
- c) **Conclusão do reparo:** conforme complexidade técnica, mediante justificativa formal.

5.4.3. Os serviços corretivos poderão envolver:

- a) Retirada e reinstalação de bombas;
- b) Substituição de motores;
- c) Troca de cabos elétricos;
- d) Reparos em quadros de comando;
- e) Substituição de tubos e conexões;
- f) Recuperação de vazão;
- g) Limpeza profunda do poço;
- h) Correções hidráulicas e elétricas.

5.4.4. Em caso de interrupção do abastecimento, a contratada deverá atuar com prioridade máxima.

5.5. Fornecimento e aplicação de materiais

5.5.1. Todo o fornecimento de peças, materiais e insumos necessários à execução dos serviços será de responsabilidade da contratada.

5.5.2. A aplicação dos materiais deverá ocorrer de forma imediata, sempre que necessária à continuidade do funcionamento do poço, incluindo:

- a) Bombas submersas;
- b) Motores;
- c) Cabos elétricos;
- d) Quadros de comando;
- e) Conexões e registros;
- f) Tubulações;
- g) Dispositivos de proteção.

5.5.3. A substituição deverá ser precedida de justificativa técnica e posterior registro em relatório.

5.6. Controle dos resultados e comprovação da execução

5.6.1. Ao final de cada atendimento, a contratada deverá apresentar relatório técnico de execução, contendo:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

- a) Data e horário do atendimento;
- b) Local do serviço;
- c) Descrição detalhada da ocorrência;
- d) Diagnóstico identificado;
- e) Serviços executados;
- f) Materiais utilizados;
- g) Testes realizados;
- h) Resultado obtido;
- i) Condições finais de funcionamento.

5.6.2. O serviço somente será considerado executado após a comprovação do restabelecimento do pleno funcionamento do poço, inclusive quanto à vazão e regularidade do abastecimento.

5.7. Recebimento dos serviços

5.7.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas, conforme boas práticas da Lei nº 14.133/2021 e do art. 40, §1º, II.

a) Recebimento provisório: realizado após a conclusão do serviço, mediante conferência inicial pela fiscalização.

b) Recebimento definitivo: realizado após a verificação do desempenho do sistema e ausência de falhas no prazo de teste definido pela Administração.

5.8. Encerramento da execução contratual

5.8.1. Ao término da vigência contratual, a contratada deverá apresentar relatório final consolidado, contendo:

- a) Histórico dos atendimentos;
- b) Quantitativo de serviços executados;
- c) Materiais empregados;
- d) Situação operacional final dos poços;
- e) Recomendações técnicas futuras.

5.8.2. O encerramento contratual deverá ocorrer com a entrega dos sistemas em condições adequadas de funcionamento, ressalvadas ocorrências supervenientes não imputáveis à contratada.

6. Modelo de Gestão do Contrato

6.1. O presente modelo de gestão do contrato estabelece as diretrizes, responsabilidades, rotinas de acompanhamento, fiscalização, controle de desempenho e procedimentos administrativos necessários para assegurar a fiel execução do objeto contratado, desde a assinatura do contrato até o seu encerramento, em observância aos arts. 115, 117, 119, 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. Princípios gerais da gestão contratual

6.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, o Termo de Referência, a proposta vencedora e as normas legais aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2.2. A gestão do contrato terá como finalidade garantir:

- a) A continuidade do abastecimento hídrico do Município;
- b) A adequada manutenção dos poços artesianos;
- c) O cumprimento dos prazos estabelecidos;
- d) A qualidade técnica dos serviços executados;
- e) A correta aplicação dos materiais fornecidos;
- f) A economicidade e eficiência da contratação;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

*Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424*

g) A prevenção de falhas e paralisações do sistema.

6.3. Designação do gestor e do fiscal do contrato

6.3.1. A autoridade competente deverá designar formalmente, por ato administrativo próprio, os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, preferencialmente servidores efetivos com conhecimento compatível com o objeto contratado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. Serão designados, no mínimo:

- a) **Gestor do Contrato;**
- b) **Fiscal Técnico do Contrato;**
- c) **Fiscal Substituto**, para atuação nos impedimentos do titular.

6.3.3. Competências do gestor do contrato

6.3.3.1. Compete ao gestor do contrato:

- a) Acompanhar a execução global do ajuste;
- b) Coordenar a atuação da fiscalização;
- c) Controlar prazos contratuais;
- d) Verificar a necessidade de aditivos, reajustes ou prorrogações;
- e) Promover comunicações formais com a contratada;
- f) Instruir processos de pagamento;
- g) Propor aplicação de penalidades;
- h) Emitir relatórios gerenciais;
- i) Adotar providências para solução de inconformidades.

6.3.4. Competências do fiscal do contrato

6.3.4.1. Compete ao fiscal do contrato:

- a) Acompanhar a execução material dos serviços;
- b) Verificar a qualidade técnica das intervenções;
- c) Atestar a execução dos serviços;
- d) Conferir os materiais aplicados;
- e) Registrar ocorrências em instrumento próprio;
- f) Exigir correções, reparos e substituições;
- g) Comunicar irregularidades ao gestor.

6.4. Rotinas de fiscalização da execução

6.4.1 A fiscalização será realizada de forma contínua, sistemática e documentada, mediante acompanhamento das ordens de serviço emitidas e dos relatórios apresentados pela contratada. As rotinas de fiscalização compreenderão:

- a) Inspeções presenciais nos locais dos poços;
- b) Verificação do prazo de atendimento;
- c) Conferência dos serviços executados;
- d) Testes de funcionamento e vazão;
- e) Verificação da qualidade das peças substituídas;
- f) Controle dos atendimentos preventivos e corretivos;
- g) Acompanhamento das emergências.

6.4.2. Toda ocorrência deverá ser registrada em livro, sistema ou relatório próprio de fiscalização, contendo:

- a) Data do atendimento;
- b) Localidade;
- c) Descrição do problema;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

- d) Providências adotadas;
- e) Materiais utilizados;
- f) Prazo de resolução;
- g) Resultado final do serviço.

6.5. Controle de desempenho e indicadores

6.5.1. Para aferição dos resultados pretendidos, a fiscalização observará, no mínimo, os seguintes indicadores:

- a) Tempo médio de atendimento emergencial;
- b) Percentual de atendimentos concluídos no prazo;
- c) Índice de reincidência de falhas;
- d) Tempo de restabelecimento do abastecimento;
- e) Conformidade técnica dos serviços;
- f) Regularidade do fornecimento de água após intervenção.

6.5.2. O descumprimento dos indicadores poderá ensejar advertência, glosa, multa ou demais sanções cabíveis.

6.6. Procedimento para inconformidades

6.6.1. Constatada qualquer irregularidade, vício, defeito ou atraso na execução, o fiscal notificará formalmente a contratada para saneamento no prazo fixado pela Administração. A contratada deverá, às suas expensas:

- a) Reparar o serviço;
- b) Substituir peças defeituosas;
- c) Refazer intervenções inadequadas;
- d) Restabelecer imediatamente o funcionamento do poço.

6.6.2. A fiscalização não afasta a responsabilidade integral da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros.

6.7. Medição e atesto

6.7.1. A medição dos serviços será realizada por ordem de serviço executada, mediante conferência do fiscal do contrato. O pagamento somente será autorizado após:

- a) Comprovação da execução;
- b) Funcionamento regular do poço;
- c) Entrega do relatório técnico;
- d) Aceite formal da fiscalização;
- e) Atesto do gestor ou fiscal responsável.

6.8. Reuniões e comunicações formais

6.8.1. As comunicações entre Administração e contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, por meio de:

- a) Ofícios;
- b) E-mails institucionais;
- c) Notificações formais;
- d) Ordens de serviço;
- e) Relatórios de fiscalização.

6.8.2. Poderão ser realizadas reuniões periódicas de acompanhamento para avaliação do desempenho contratual e adoção de medidas corretivas.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

6.89 Encerramento e avaliação final

Ao término da vigência contratual, o gestor e o fiscal deverão emitir relatório final de execução, contendo:

- a) Histórico das ordens de serviço;
- b) Desempenho da contratada;
- c) Quantitativo de atendimentos;
- d) Análise de conformidade;
- e) Registro de ocorrências;
- f) Recomendação quanto à prorrogação ou nova contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

7.1. A medição do objeto ocorrerá por entrega efetivamente realizada, de acordo com as quantidades solicitadas por meio de Ordens de Fornecimento, devidamente recebidas e atestadas pelo Fiscal do Contrato.

7.2. Cada entrega será mensurada com base nos seguintes elementos:

- a) Conferência quantitativa;
- b) Conferência qualitativa;
- c) Verificação da documentação obrigatória;
- d) Lavratura do Termo de Recebimento Provisório, seguido do Recebimento Definitivo, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. O produto e serviços que apresentar divergência, avaria ou característica incompatível com as especificações deverá ser rejeitado, cabendo à Contratada a substituição imediata, sem ônus para a Administração.

7.4. Critérios de Pagamento

7.4.1 O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022;

7.4.1.1 A CONTRATADA apresentará a respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente discriminada em nome do Município de Cotegipe - BA.

7.4.2 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal, quando o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

7.4.3 A Nota Fiscal, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

7.4.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.4.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.4.6 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e no Edital;

7.4.7 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante;

7.4.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.4.9 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

7.4.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

7.4.11 Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

7.4.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.4.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.5. Reajuste

7.5.1 A Lei Nº 14.133, de 2021 em seu Art. 25, § 7º, fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. No Art. 92 da mesma lei, também é informado da necessidade do estabelecimento do preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

7.5.2 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado;

7.5.3 Após o interregno de 01 (um) ano, do pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.5.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.5.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

7.5.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

7.5.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

7.5.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

7.5.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

7.6. Forma de Liquidação Contábil

7.6.1 Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022;

7.6.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021;

7.6.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.6.5 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021;

8. Critérios de Seleção e Julgamento

8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, conforme o disposto nos arts. 17, 28 e 29 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal vigente com julgamento pelo critério de menor preço por lote.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

8.2. A utilização do pregão eletrônico justifica-se pela natureza do objeto, classificado como fornecimento de bens comum, com possibilidade de definição objetiva das especificações e avaliação padronizada das propostas.

8.3. Critério de julgamento:

8.3.1. O critério de julgamento será o de menor preço por lote, considerando o valor total da proposta para o fornecimento conforme as exigências do Termo de Referência e seus anexos.

8.3.2. Será adotado como parâmetro de comparação entre as propostas o valor total estimado anual, apurado com base na tabela de estimativa de consumo e quantitativos médios esperados, conforme previsto nos estudos técnicos preliminares.

8.4. Exigências para habilitação

8.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.5.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.5.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.5.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.6. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

8.6.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

8.6.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

8.6.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.7. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

8.7.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

8.7.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.7.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.7.3.1.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

8.7.3.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.7.3.1.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.7.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG) $\geq 1,50$, Solvência Geral (SG) $\geq 1,50$ e Grau de Endividamento (GE) $\leq 0,50$, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

8.7.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

8.8.1. Para verificação de capacidade técnico-operacional, a empresa licitante, deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, expedido ou firmado por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que tenham executados fornecimentos semelhantes ao objeto deste certame de forma satisfatória, acompanhado de cópia de contratos e notas fiscais.

8.8.2. Caso o atestado seja apresentado com assinatura de próprio punho, deverá conter reconhecimento de firma do signatário, visando à comprovação da autenticidade do documento.

8.8.3. Na hipótese de assinatura digital com certificado ICP-Brasil, o reconhecimento de firma será dispensado.

8.8.4. A exigência visa assegurar que a licitante possua experiência prévia suficiente para o fornecimento dos bens, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o princípio da proporcionalidade.

8.8.5. Declaração da licitante de que dispõe de pessoal e de equipamentos adequados e disponíveis para a execução do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

8.9. Procedimentos do pregão eletrônico - O procedimento licitatório seguirá os seguintes passos:

- Divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais meios legais;
- Recebimento das propostas iniciais dentro do prazo definido;
- Realização da sessão pública para lances sucessivos;
- Análise da proposta de menor preço;
- Negociação (se necessária) para obtenção de melhor condição;
- Julgamento e classificação final;
- Verificação da habilitação da licitante mais bem classificada;
- Adjudicação e homologação do resultado.

9. Justificativa para estimativa de valor sigilosa

9.1. A opção pela classificação da estimativa de valor da contratação como sigilosa se fundamenta nos seguintes pontos:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

- a) **Preservação da competitividade do certame:** A divulgação prévia dos valores estimados para a contratação pode influenciar de forma indevida as propostas apresentadas pelos licitantes, reduzindo a competitividade e comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- b) **Incerteza sobre a demanda exata:** A contratação é baseada em demanda estimada, o que requer flexibilidade e reserva na apresentação dos custos para que a Administração mantenha margem de negociação e controle financeiro durante a execução contratual.
- c) **Conformidade com o regulamento e os princípios da Administração Pública:** O sigilo será mantido exclusivamente durante a fase preparatória e até a conclusão da fase de disputa da licitação, garantindo total transparência aos órgãos de controle e à sociedade, conforme previsto na própria Lei nº 14.133/2021.

9.2. Acesso aos Órgãos de Controle

9.2.1. A estimativa de valor completa, com todos os documentos de suporte, memórias de cálculo e planilhas detalhadas, será disponibilizada integralmente aos órgãos de controle interno e externo, a qualquer momento que for solicitado, garantindo o cumprimento dos princípios da legalidade, publicidade, eficiência e controle.

9.3. Dessa forma, a classificação da estimativa de valor como sigilosa é medida necessária, proporcional e fundamentada, com vistas a resguardar o interesse público e garantir a seleção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da transparência aos órgãos de fiscalização.

10. Cronograma e Entregas

10.1. O cronograma de execução será definido em conjunto com as Secretarias demandantes após assinatura do contrato, podendo prever: entrega mensal ou sob demanda, na sede e zona rural do município.

10.2. A primeira entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o pedido formal da Secretaria, e as subseqüentes conforme solicitação, com antecedência mínima de 48 horas para emissão do pedido.

10.3. A entrega emergencial será atendida pelo fornecedor no prazo de até 24 horas a partir da solicitação formal da Secretaria, em casos de urgência devidamente justificada.

10.4. Eventual atraso ou falha na entrega implicará aplicação das penalidades conforme cláusula contratual.

11. Obrigações da Contratada

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando;

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor - Lei Nº 8.078, de 1990);

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da para a execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor do Contrato ou autoridade superior, conforme Art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.6. Para verificação da regularidade, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

11.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando cabível, conforme Art. 116, da Lei Nº 14.133, de 2021);

11.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando cabível (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das exigências deste Termo de Referência e a legislação de regência;

11.17. Conduzir os fornecimentos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre a execução do objeto nas melhores condições;

11.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12. Obrigações da Contratante

12.1. Receber os produtos e serviços no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento contratual, através de um funcionário especialmente designado que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com este termo;

12.5. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades, multas, penalidades e quaisquer débitos, observadas no cumprimento do contrato;

12.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato;

12.7. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

12.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Secretaria Municipal demandante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.10. A Secretaria Municipal responsável pela demanda terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês;

12.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

12.13. A Secretaria Municipal Demandante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. Sanções e Penalidades

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. praticar ato lesivo previsto no [Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o [Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita [Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. Multa:
 1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 2. *Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;*
 3. *Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;*
 4. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.*

13.3 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

13.4 Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme [Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);

13.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no [Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);

13.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no [Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);

13.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

13.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

13.9 Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no [Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei Nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, [Art. 159](#);

13.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme [Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);

13.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme [Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021](#);

13.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [Art. 163 da Lei Nº 14.133/21](#);

13.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

14. Vigência, Prorrogação e Rescisão

14.1. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

14.2. A prorrogação ficará condicionada à conveniência e oportunidade da Administração, existência de dotação orçamentária, avaliação de desempenho da contratada e necessidade de continuidade dos serviços.

14.3. A rescisão poderá ocorrer por iniciativa da Administração ou da contratada, mediante comunicação por escrito, observadas as hipóteses legais e contratuais, bem como a apuração de responsabilidades.

14.4. Em caso de rescisão antecipada por inadimplemento, a contratada responderá pelas multas e sanções previstas, bem como restituirá eventuais valores pagos indevidamente.

15. Adequação orçamentária:

15.1. Verificação da Adequação Orçamentária

- a) A presente contratação está alinhada ao PPA do Município de Cotegipe/BA.
- b) LDO municipal para o exercício de 2026.
- c) Lei Orçamentária Anual – LOA 2026

15.2. A despesa objeto da presente contratação possui dotação orçamentária específica na LOA 2026, dentro da seguinte classificação:

UNIDADE: 02.09.000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV. PUBLICOS

ATIVIDADE: 15.451.006.2.011 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV. PUBLICOS

ELEMENTO DE DESPESA:

- 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
- 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTES DE RECURSO: 1.500.0000 - RECURSOS ORDINARIOS - NÃO VINC. DE IMPOSTOS



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

15. Disposições Gerais

15.1. O presente Termo de Referência é parte integrante do processo licitatório e do futuro contrato.

15.2. As dúvidas ou omissões serão dirimidas pelo gestor do contrato, ficando assegurado à Administração o direito de alterá-lo ou complementar mediante aditivo, desde que observada a legislação.

15.3. A contratada deverá observar, ainda, as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais normas correlatas, bem como garantir transparência, eficiência e economicidade na sua execução.

15.4. A Administração poderá praticar, durante toda a execução, atos de auditoria interna ou externa, de modo a verificar a conformidade com os termos contratuais e os princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).

15.5. Os casos omissos ou não previstos serão resolvidos nos termos da Lei nº 14.133/2021 e seus regulamentos, e, subsidiariamente, pelas normas legais aplicáveis ao tema.

Cotegipe – BA, 08 de abril de 2026.

Nilton Augusto Marçal dos Santos

Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos
Portaria nº. 006/2025

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação do certame, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

Beatriz Batista Ribeiro Calado

Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000/2026

SESSÃO PÚBLICA: xx/xx/2026, ÀS 09H30MIN (----) HORAS.
LOCAL: MUNICÍPIO DE COTEGIPE - BA

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INÍCIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA XXX endereço, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX

ÀO
MUNICÍPIO DE COTEGIPE - BA
AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20XXX.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX**

ÀO
MUNICÍPIO DE COTEGIPE - BA
AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE
RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA
EXPRESSAMENTE QUE A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX ENQUADRA-SE COMO

ME ()
EPP ()

_____ EM, ____ DE _____ DE 20XXX.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

*Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424*

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (MODELO)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU
REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº
..... E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA
LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU
INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ().

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE (MODELO)

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX

ÀO
MUNICÍPIO DE COTEGIPE - BA
AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE XXXXXX/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20XXX.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

*Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424*

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº.....,
LOCALIZADA À, DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021,
QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO
XXX ÓRGÃO LICITANTE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX

....., DE DE 20XXX.

REPRESENTANTE LEGAL



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

ANEXO - VIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MODELO)

(Atende ao inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021)

A _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no Edital de Licitação nº /, declara, sob as penas da lei, que:

1. Cumpre integralmente as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, nos termos da legislação vigente, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na:

- Lei nº 8.213/1991, especialmente o art. 93;
- Decreto nº 3.298/1999;
- Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Demais normas pertinentes.

2. Assegura que mantém e observa a proporção mínima legal de cargos reservados, bem como adota as medidas de acessibilidade e inclusão necessárias ao adequado cumprimento da legislação aplicável.

3. Compromete-se a apresentar, sempre que solicitado pela Administração Pública, documentos comprobatórios que evidenciem o atendimento às exigências legais relativas à reserva de cargos.

Declara, por fim, estar ciente de que a falsidade das informações prestadas sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Local, ____ de _____ de _____.

Nome do Representante Legal

Cargo

CPF nº _____



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/20XX

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº XX/20XX, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE - BA E A EMPRESA XXX

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE - BA por intermédio do(a) (órgão interno contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e XXX, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/20 XX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial em poços artesanais, com fornecimento de materiais, equipamentos, peças, insumos, ferramentas, transporte, mão de obra especializada e demais itens necessários à perfeita execução dos serviços, visando atender às necessidades do Município de Cotegipe – BA.**

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição, bem como o Termo de Referência e a proposta do contratado.

1.3. Discriminação do objeto:

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ XXXX (XXXX).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Cotegipe/BA, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

UNIDADE: 02.09.000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV. PUBLICOS



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

ATIVIDADE: 15.451.006.2.011 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV. PUBLICOS

ELEMENTO DE DESPESA:

- 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
- 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTES DE RECURSO: 1.500.0000 - RECURSOS ORDINARIOS - NÃO VINC. DE IMPOSTOS

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice IPCA do mês anterior ao pagamento da parcela.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. As regras acerca da subcontratação são estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE.

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – REEQUILÍBRIO

8.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 30 dias úteis.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

10.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11. CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO.

11.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Será designado o servidor XXXXX, matrícula xxxxxx para exercer a função de fiscal do presente contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

12.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO.

14.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

14.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

14.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES.

15.1. É VEDADO À CONTRATADA:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES.

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS.

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO.

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Cotegipe – BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel. (77) 3621-2424

Cotegipe – BA, XX DE XXXXXXX DE 2026.

BEATRIZ BATISTA RIBEIRO CALADO
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA